Orgão oficial do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro - Fundado em 1º de maio de 1917 - Ano 96 - Edição nº 115 - junho de 2012

95 anos

10º CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO

Desenvolvimento com valorização do trabalho e autonomia das organizações sindicais

CTB FITMETAL BRASIL

Nos dias 13,14 e 15 de julho acontecerá o 10º Congresso dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Nos três dias, a categoria debaterá a conjuntura nacional, internacional e estadual, a estrutura e a organização sindical. Também estará no centro das discussões o processo de desindustrialização e suas consequências e as medidas para o enfrentamento das propostas de flexibilização das relações de trabalho. Fruto dessas discussões, o congresso também aprovará as ações do Sindicato e um plano de lutas.

O congresso acontece em um importante momento: a campanha salarial de 2012. A preparação e a mobilização dos trabalhadores serão fundamentais para que se conquistem mais direitos para a categoria e um aumento real de salário. Apesar da continuidade da crise econômica mundial, o setor metalúrgico continua em expansão e com as empresas lucrando. Nossa categoria merece salários melhores, pois é ela quem gera os ganhos das empresas. Entretanto, esta é uma conquista que virá com a participação efetiva dos trabalhadores.

Veja nesta edição a tese guia para o congresso e o seu regimento interno. As inscrições vão até o dia 4 de julho.

PARTICIPE!

Análise da conjuntura mundial e nacional

Desde o final de 2007, portanto há mais de cinco anos, o mundo vive sob o signo de uma longa e grave crise do capitalismo, comparável à Grande Depressão de 1929, que desembocou na 2ª Guerra Mundial. A classe trabalhadora é quem mais sofre suas consequências, vítima do desemprego, do arrocho salarial e de uma feroz ofensiva capitalista contra os direitos sociais. Iniciada nos EUA a crise logo se alastrou pelo resto do mundo e se transformou num problema internacional.

Embora global, a crise se manifesta de forma desigual nos diferentes países e regiões. Desta vez os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão são mais afetados pela recessão e o desemprego que as economias consideradas emergentes, caso da China, Índia e mesmo o Brasil, entre outros.

O quadro é mais dramático nos países europeus endividados e submetidos ao tacão do FMI, como Grécia, Portugal e Espanha, onde os governos, servindo aos interesses do capital financeiro e com a supervisão do FMI, impõem o arrocho dos salários e das aposentadorias, aumento da jornada de trabalho, corte de direitos e desmantelamento do chamado Estado de Bem Estar Social.

As estatísticas mais recentes indicam o agravamento da crise na região, onde maioria dos países amarga a estagnação ou recessão. A taxa de desemprego na zona do euro subiu para 11% em abril deste ano, batendo novo recorde, segundo o Escritório de Estatísticas da UE (Eurostat). São 17,4 milhões de trabalhadoras e trabalhadores desempregados, sendo que a situação é mais dramática na Grécia e Espanha, onde o nível de desocupação é superior a 20% e mais da metade dos jovens procura e não encontro emprego.

Em contrapartida, a China conseguiu crescer acima de 9% ao ano desde 2007, enquanto EUA, Europa e Japão ficaram paralisados, amargando recessão ou baixo crescimento. Com isto, a crise reforçou o processo de desenvolvimento desigual das nações, realçando a decadência da liderança econômica dos EUA e do chamado Ocidente e a ascensão da China e do Oriente. A China já é a maior exportadora do mundo, a maior credora do Tio Sam e o maior parceiro comercial e financeiro de muitos países latino-americanos, inclusive o Brasil.

Observa-se, em função disto, uma convergência da crise econômica com a crise da ordem econômica e geopolítica remanescente do pós-guerra. Avulta a necessidade de uma nova ordem mundial e esta deve contemplar, entre outras coisas, a substituição do dólar como moeda universal e, no mínimo, a reforma das instituições multilaterais (ONU, FMI, Banco Mundial, OMC), hoje dominadas pelos EUA e União Europeia. É este o desejo manifesto pelos países que compõem os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), reiterado em sua última (quarta) reunião, realizada na Índia no final de março deste ano.

A reação dos Estados capitalistas à crise provocou novos problemas. Em torno de US$ 13 trilhões foram despejados nas economias para socorrer bancos e grandes empresas, através de emissões de moedas sem lastro, realizadas pelos bancos centrais dos EUA e EU, e ampliação dos déficits e dívidas públicas. Eles também reduziram drasticamente as taxas básicas de juros, que vai de 0 a 0,25% a.a nos Estados Unidos e de 1% na União Europeia.

Como resultado, o mundo colheu a crise das dívidas soberanas na Europa e um dilúvio de dólares, o tsunami monetário denunciado pela presidenta Dilma, que resulta na chamada guerra cambial. Criou-se um cenário de desordem financeira, instabilidade monetária, inflação do petróleo e outras commodities, acirramento da luta de classes, sobretudo na zona do euro, conflitos comerciais e protecionismo, tensões diplomáticas e guerras, principalmente no Oriente Médio.

O movimento sindical e a classe trabalhadora reagem à ofensiva capitalista neoliberal realizando greves gerais e grandes manifestações nas ruas do velho continente. Mais de 20 paralisações nacionais foram realizadas na Grécia ao longo dos dois últimos anos. Portugal e Espanha também foram palcos de greves gerais em março deste ano contra os pacotes ditados pela troika (FMI, Banco Central e Europeu e União Europeia). Pelo menos 12 governos foram derrotados nas urnas nos dois últimos anos, cabendo ressaltar a derrota de Sarkozy na França e o impasse na sofrida e desgovernada Grécia, onde novas eleições foram convocadas para 17 de junho porque nenhum partido conseguiu formar um novo governo.

Brasil

O Brasil não está à margem da crise mundial do capitalismo, apesar do comportamento positivo do mercado de trabalho e um nível de desemprego relativamente baixo. Em 2009 o PIB fechou em queda (-0,6%) e no ano passado verificou-se uma forte desaceleração frente ao crescimento de 7,5% de 2010. O PIB do primeiro trimestre deste ano evoluiu apenas 0,2%, configurando estagnação e o governo tem tomado uma série de medidas para tentar reverter o quadro negativo e relançar a economia.

A política de valorização do salário mínimo iniciada no governo Lula, aliada a outras medidas de redistribuição da renda, redução do desemprego e aumento real dos salários fortaleceram o mercado interno, ampliando o consumo das famílias, o que ajudou a reduzir os impactos da crise na economia nacional. Pesou neste sentido também a mudança da política externa brasileira, que priorizou as relações comerciais com a América Latina e países como China, Índia, Rússia, África do Sul e Irã, entre outros, reduzindo sensivelmente a dependência dos mercados norte-americanos e europeus, mais duramente atingidos pela recessão.

O efeito mais danoso da crise tem sido o impulso adicional ao processo de desindustrialização da economia nacional, que resulta na perda de mercado, falência e desnacionalização de muitas empresas aqui sediadas, com transferência de empregos para o exterior. Conscientes de que a indústria tem uma importância crucial para o povo e a nação brasileira, as maiores centrais sindicais se uniram com entidades representativas do setor para promover o "Grito de Alerta", com manifestações populares que mobilizaram milhares de trabalhadores e trabalhadoras em todo o país contra a desindustrialização.

O governo Dilma reconheceu o problema, revelou preocupações e contemplou algumas reivindicações do movimento. Nota-se uma corajosa reorientação da política monetária, através da redução da taxa básica de juros (Selic) e a ofensiva pela diminuição do spread bancário, o mais alto e extravagante do mundo, iniciativas que confrontam os interesses da oligarquia financeira. Mas a política econômica tem outros aspectos conservadoras que continuam intocados.

A crise evidencia os limites da política econômica do governo federal e a necessidade de batalhar por mudanças mais profundas, reduzindo o superávit primário e ampliando os investimentos públicos usando os recursos contingenciados para pagamento dos juros; controlando o câmbio, a remessa de lucros e dividendos e o fluxo de capitais, além de cortar ainda mais as taxas de juros.

É preciso uma ampla unidade dos sindicatos, das centrais e do conjunto da classe trabalhadora para esta luta, que deve abrir caminho para o resgate da agenda da 2º Conclat por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento com Valorização de Trabalho e Soberania, contemplando a redução da jornada sem redução de salários, a reforma agrária, o fim do fator previdenciário, coibição das demissões sem justa causa, ratificação da Convenção 158 da OIT, restrição e regulamentação da terceirização e outras bandeiras da classe trabalhadora.

Nossa categoria tem de permanecer alerta para os desdobramentos da crise para fazer frente ao patronato, que em alguns ramos já recorre à suspensão dos contratos, redução da jornada combinada com redução de salários, e ameaça de demissões, banco de horas e outros retrocessos. Temos de mobilizar as bases para preservar os empregos e os salários, bem como conquistar a Convenção Coletiva Nacional do Trabalho, a isenção do IR nas PLRs e outras reivindicações.

Chegou também a hora de levantar a bandeira do socialismo, a única solução definitiva para as crises, o desemprego e outros males do capitalismo. Também assume grande importância as iniciativas que visam a integração solidária dos países que compõem a América Latina. A classe trabalhadora deve apoiar e participar ativamente desta empreitada.

A luta por um Brasil soberano, democrático e socialista, também passa neste ano pela participação ativa da classe trabalhadora, e em particular dos metalúrgicos, nas eleições municipais, com o objetivo de derrotar as forças conservadoras e de direita e eleger, em todo o país, prefeitos e vereadores de esquerda comprometidos com os interesses nacionais e com as causas dos trabalhadores.

Desindustrialização no Brasil

O primeiro trimestre deste ano registrou um crescimento pífio do produto interno no Brasil: apenas 0,2%. A diminuição dos investimentos, principal variável do crescimento, a seca no nordeste e no sul do país, que afetou fortemente a produção agropecuária, e os impactos da crise internacional são os principais responsáveis por essa situação.

Para os trabalhadores, o crescimento econômico é condição necessária para valorizar o trabalho. Com a economia pujante, o ambiente se torna mais favorável para realizar boas campanhas salariais, ter mais e melhores empregos e maiores salários.

Para um país como o Brasil, de dimensões continentais e grande população, o carro-chefe do crescimento econômico tem que ser a indústria. Ter uma indústria forte, competitiva, com alta produtividade é uma necessidade inadiável.

Segundo algumas análises, o Brasil estaria sofrendo precocemente um processo de desindustrialização. A diminuição dos empregos industriais e uma menor proporção da indústria no produto interno bruto seriam os dois aspectos característicos desse processo.

Em recente estudo, o Dieese apontou oito pontos que mostrariam que o Brasil vive uma situação de desindustrialização: 1) câmbio sobrevalorizado; 2) juros altos; 3) ineficiência tributária; 4) infraestrutura deficiente; 5) burocracia; 6) vantagem comparativa dos produtos primários; 7) pequena poupança; 8) baixa qualificação de mão de obra.

Nos países desenvolvidos, com renda maior e população mais escolarizada, é normal a ampliação do setor de serviços no PIB, superando a indústria. É a repetição do mesmo processo anterior, quando a indústria superou a agricultura.

Ocorre que em países como o Brasil, ainda de baixa renda, mão de obra com pouca qualificação e enormes desigualdades sociais e regionais, a diminuição do peso da indústria no PIB, além de precoce, pode criar vulnerabilidade estratégicas no país.

A radical diminuição na taxa de juros, uma política cambial controlada de acordo com os interesses nacionais, mais investimentos em infraestrutura, inovação tecnológica, educação e desoneração tributária para o trabalho e o setor produtivo são pontos de uma agenda para o Brasil superar os obstáculos ao seu desenvolvimento.

O governo tem tentado enfrentar esses problemas com medidas, no geral, de estímulo ao consumo. Cortes tributários na indústria automobilística, na chamada "linha branca" e outros setores têm ajudado o Brasil nessa dura travessia de tempos bicudos.

Essas medidas são positivas, mas insuficientes para assegurar o crescimento. Ocorre que a manutenção e agravamento da crise internacional atingem todos os países, inclusive o Brasil.

O governo precisará de mais ousadia para barrar a estagnação econômica. Para os trabalhadores, por exemplo, reverter a desindustrialização em curso no Brasil e pavimentar o caminho para o desenvolvimento robusto e duradouro são fundamentais.

Além do apoio ao Plano Brasil Maior, a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do governo Dilma, são necessárias novas medidas no sentido de garantir o crescimento da economia. Persistir na redução dos juros, spreads bancários, criar mecanismos de controle ao fluxo cambial (entrada e saída de divisas do país), ampliar as linhas de créditos e aumentar os investimentos públicos e privados são condicionantes para a retomada do crescimento.

Essa agenda precisa incorporar, também, uma política de valorização do trabalho, com criação de empregos de qualidade, bem remunerados. São tarefas de grande monta que reclamam uma ampla unidade popular e nacional para ser vitoriosa.

Nestes termos, é legítimo realizar-se um pacto pelo desenvolvimento, unindo as forças do trabalho e da produção contra os ganhos abusivos do setor financeiro-rentista. Essa é a grande batalha da atualidade.

Rio de Janeiro

Respondendo por aproximadamente 50% da força de trabalho do setor no país, o Rio de Janeiro sempre foi considerado o berço da indústria naval, e passa hoje por uma revitalização que confirma sua vocação natural nesta área. O estado conta com 15 dos 25 principais estaleiros em operação associados ao Sindicato Nacional da Indústria Naval, além de dois novos em construção.

Com isso, o Rio se mantém na liderança do processo de revitalização da indústria naval no Brasil, sendo responsável por 65% dos 31.979 empregos gerados pelo setor no período. Essa revitalização do setor naval está ligada ao Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef).

A indústria naval também está revigorada: 13 sondas das 26 encomendadas pela Petrobras serão construídas no estado (US$ 10 bilhões em encomendas). Dois estaleiros recuperados: Inhaúma e Caneco, e um terceiro (OSX) sendo construído, destinado ao setor de petróleo; além do estaleiro da Marinha do Brasil em parceria com a França, em Itaguaí.

Com o plano nacional de investimentos da indústria de óleo e gás, incluindo o pré-sal, o setor de construção naval e offshore terá imensos desafios e oportunidades. O Brasil receberá grande quantidade de encomendas e o Estado do Rio de Janeiro vai ampliar consideravelmente sua participação na Indústria Naval e Offshore nos próximos anos. Há também expectativas sobre a revolução portuária e logística pela qual o estado deve passar nos próximos anos, com a construção de três terminais ao sul, além do Super Porto do Açu no Norte Fluminense e o Terminal Ponta Negra (TPN).

Segundo o estudo mais recente da Firjan, o estado receberá US$ 102 bilhões até 2013. A maior parte destes recursos será aplicada na área de petróleo e gás natural, mas a economia do estado está se diversificando. O Rio de Janeiro já é hoje o maior produtor de petróleo e gás natural, representando 85% da produção da Petrobrás, e tem em sua costa 70% das reservas já descobertas do pré-sal. O Rio também é sede do empreendimento com maior volume de recursos alocados pela Petrobras num único projeto, o Completo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que vai transformar o estado no maior polo petroquímico do Brasil, revolucionando a região, com geração de renda e milhares de empregos.

O Rio de Janeiro será também, em poucos anos, o maior polo siderúrgico do país, com a consolidação das atividades da CSA e instalação de duas novas siderúrgicas. Com a chegada da Nissan, Peugeot Citroën e MAN, com investimentos que somam R$ 10 bilhões, o Rio de Janeiro caminha para ser também o segundo polo automotivo do Brasil. O Rio de Janeiro também vai contar com novo porto – considerado a base do pré-sal – em Itaguaí, a ser operado em parceria entre a Petrobras, CSN, Gerdau e LLX, além do mega projeto do Porto do Açu, que vai gerar cerca de 150 mil empregos e mudar completamente o cenário da região Norte Fluminense.

Já os investimentos públicos no Rio somam R$ 15 bilhões, incluindo Porto Maravilha, Metrô chegando à Zona Oeste, corredores BRTs, aquisição de 30 trens para a Supervia e Arco Metropolitano, entre outros.

Perspectivas

A gestão da presidente Dilma Rousseff ajuda a consolidar o caminho estratégico da luta dos trabalhadores e do povo brasileiro por um novo projeto nacional de desenvolvimento do nosso país. A oposição conservadora persistirá avessa ao progresso da nação e aos direitos dos trabalhadores e, renitente, tudo fará para obstruir e impedir as realizações.

Manter o país no rumo certo é valorizar o setor produtivo e o trabalho, garantindo plenas liberdades sindicais. O Brasil precisa valorizar a educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e uma efetiva política de segurança pública democrática e o fortalecimento do PAC.

Defendemos também a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários; uma nova política de comunicação, que democratize o direito à informação, fortaleça as mídias alternativas e as expressões culturais nacionais e regionais; e para que os recursos do pré-sal sejam utilizados na erradicação da pobreza e das desigualdades sociais. As pressões neoliberais apontam para o sentido oposto, que é o fortalecimento dos grandes capitalistas e suas empresas e o novo marco regulatório para o setor precisa fugir desta armadilha. Ao mesmo tempo, a valorização do salário mínimo foi uma conquista dos trabalhadores e seus sindicatos, juntamente com o presidente Lula, e não pode ser interrompida a pretexto da crise econômica.

Organização Sindical: Sindicato pra avançar

Já há alguns anos o Sindimetal tem passado por algumas mudanças positivas, com ações que fizeram com que a categoria avançasse nas conquistas. Nos últimos anos, a categoria obteve aumentos reais, os maiores dos últimos 20 anos. Entretanto, as transformações do mundo do trabalho obrigam ao sindicato e os trabalhadores a debaterem profundamente como agir e buscar melhorias.

As conquistas são reflexos da mudança de ação na Convenção Coletiva, onde avançou a visão da negociação por setores, mas que ao contrário do que pode parecer, mostrou ainda mais a força e a união dos metalúrgicos, elevando a participação de todos e trazendo o conhecimento dos trabalhadores de cada área. Foi possível também obter uma maior interação dos trabalhadores com o seu Sindicato, que pode assim receber melhor o que a categoria desejava da entidade. Importante ainda os diversos debates e seminários, um instrumento que contribuiu na formação dos metalúrgicos, inclusive na preparação da campanha salarial. Os últimos anos também foram de maior presença da direção do Sindicato na porta das fábricas, dialogando diretamente com os trabalhadores e conhecendo melhor as necessidades de cada local de trabalho.

Em defesa das Convenções 100, 111 e 158 da OIT

Convenção 100

Concernente à Igualdade de Remuneração para a Mão de Obra Masculina e a Mão de Obra Feminina por um Trabalho de Igual Valor

Convenção 111

Artigo 1º. 1 - Para os fins da presente Convenção, o termo "discriminação" compreende:

a- toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão;

b - qualquer outra distinção; exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão, que poderá ser especificada pelo Membro interessado depois de consultadas as organizações representativas de empregadores e trabalhadores, quando estas existam, e outros organismos adequados.

2 - As distinções, exclusões ou preferências fundadas em qualificações exigidas para um determinado emprego não são consideradas como discriminação.

3 - Para os fins da presente Convenção as palavras "emprego" e "profissão" incluem o acesso à formação profissional, ao emprego e às diferentes profissões, bem como as condições de emprego.

Convenção 158

A Convenção 158 tem como tema a garantia do emprego contra a dispensa imotivada.Como toda convenção da OIT, a 158 é bastante genérica, remetendo vários de seusdispositivos à regulamentação em legislação nacional, embora parte dela seja autoaplicável, como reconheceu o governo por meio do Decreto 1.855/96. Em síntese, a Convenção proíbe a demissão de um trabalhador, "a menos que exista para isso uma causa justificada, relacionada com sua capacidade ou seu comportamento, ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço" (Art. 4º).

Plano de Lutas

Internacional

- Contra o imperialismo e em defesa da paz mundial.
- Solidariedade com os povos vítimas da opressão imperialista.
- Apoio aos governos progressistas da América Latina. Todo apoio ao governo Chávez na eleição deste ano.
- Pelo fim do embargo a Cuba. Pela libertação dos 5 heróis.

Nacional

- Avançar no projeto nacional de desenvolvimento nacional, com soberania e valorização do trabalho.
- Reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar.
- Universalização das políticas públicas de saúde e fortalecimento do SUS. Valorizar a saúde do trabalhador no local de trabalho
- Mudanças na política macroeconômica.
- Por medidas que garantam o crescimento econômico e agilizem a execução do PAC.
- Contra a criminalização dos movimentos sociais.
- Crescimento com Distribuição de Renda e Fortalecimento do Mercado Interno.
- Valorização do Trabalho Decente com Igualdade e Inclusão Social.
- Estado como Promotor do Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental.
- Democracia com Efetiva Participação Popular.
- Condicionar a concessão de benefícios públicos de qualquer natureza (creditícios, fiscais ou outros) a contrapartidas sociais, garantindo a manutenção e ampliação do nível de emprego.
- Garantir que a riqueza do Pré-sal fique com os brasileiros. Em defesa da constituição do Fundo Social do Pré-sal.
- A luta pela valorização do salário, dos trabalhadores Metalúrgico do Rio, bem como da valorização e luta pelo aumento do salário mínimo.
- Fortalecer o direito do trabalhador que por motivo de doença ocupacional seja obrigado a entrar no CRP, tendo que abandonar assim a área industrial, ficando no administrativo.
- Lutar pelo fim do Assédio Moral.
- Pela inclusão da proteção ambiental nas pautas da entidade.
- Pela Redução da Jornada de Trabalho.
- Pela inclusão da qualificação profissional nas pautas da entidade.
- Criar um mecanismo de controle das empresas que não cumprem o acordo coletivo.
- Igualdade salarial para ambos os sexos.
- Traçar condições objetivas pela representação de comissões de fábricas com estabilidade.
- Combater toda forma e prática de terceirização e flexibilização ou precarização das relações entre capital e trabalho.
- Participar ativamente do processo eleitoral de 2012, contribuindo com propostas e em defesas das bandeiras dos trabalhadores. Nosso Sindicato terá quatro candidatos a vereador, que poderão apresentar e defender a pauta dos trabalhadores.

Sindical

- Lutar pela unicidade sindical. Pelo fortalecimento da organização dos trabalhadores por local de trabalho, contra a pulverização dos sindicatos.
- Fortalecer o setor naval.
- Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário.
- Pela regulamentação do mercado de trabalho, denunciando práticas de terceirização e todas as formas de flexibilização ou precarização das relações entre capital e trabalho.
- Luta dos aposentados por melhoria salarial.
- Fim do Fator Previdenciário
- Direitos Sindicais e Negociação Coletiva.
- Garantia do acesso à creche, como direito das crianças de até seis anos.
- Garantia do direito irrestrito às greves. Coibir as práticas anti-sindicais.
- Valorização da luta em defesa da saúde do trabalhador.
- Desenvolver junto à categoria uma campanha de valorização do direito individual, reforçando o papel do sindicato, na luta do capital e o trabalho.
- O sindicato deve buscar junto à categoria, a valorização da entidade, resgatando suas conquistas e lutas nos últimos períodos,em vista da busca pela credibilidade e fortalecimento no chão de fábrica.
- O sindicato deve buscar junto aos trabalhadores, maior relação, aproximação individual, valorizando as questões específicas, ouvindo seus trabalhadores.

Organização

- Fortalecer a organização sindical. Pela realização permanente da campanha de sindicalização.
- Fortalecer a atuação da diretoria na sua estrutura interna e externa.
- Realização de projetos que ampliem e valorizem a qualificação profissional do trabalhador.
- Ampliar a organização do Centro de Memória Metalúrgica, transformando-o em um local de pesquisa para trabalhadores, estudantes e demais interessados.

Sindimetal participa da plenária nacional da Fitmetal

Nos dias 8 e 9 de junho ocorreu a Plenária Nacional da Fitmetal realizada em Betim, Minas Gerais, que contou com a participação de mais de 170 metalúrgicos de diversos estados. O Sindimetal-Rio marcou grande presença, com 35 participantes.

A abertura contou com a presença da prefeita municipal, Maria do Carmo Lara (PT). Antes da abertura oficial, ocorreram debates temáticos. Um dos grupos discutiu o combate à discriminação racial nos locais de trabalho, tendo à frente a diretora do Sindicato, Mônica Custódio. O outro grupo debateu a participação das mulheres no setor metalúrgico. A mesa contou ainda com a diretora Raimunda Leone.

A plenária discutiu o processo de desindustrialização pelo qual passa o Brasil e quais ações podem ser adotadas para assegurar o fortalecimento da produção e da economia nacional, com distribuição de renda e redução das desigualdades regionais. Outra pauta da plenária foi o debate sobre a importância de defender a unicidade sindical, como forma de fortalecer o movimento sindical.

Ao final da plenária, os metalúrgicos também fizeram um balanço positivo dos dois anos de atuação da entidade relatando todas as atividades desenvolvidas pela Fitmetal. Também foram aprovados os nomes que continuarão à frente da entidade. Além das diretoras do Sindimetal-Rio, também faz parte da direção da Fitmetal, o diretor jurídico do Sindicato, Wallace Paz Aragão.

Metalúrgicos conquistam PLR de R$ 5.000,00 na Brafer

Os funcionários da Brafer conquistaram a PLR de R$ 5.000,00. Os trabalhadores também vão receber o ticket de alimentação de R$ 212,00. Ficou acertado ainda que quando o funcionário faltar, ele poderá apresentar o atestado médico para que seu cartão não tenha desconto, um problema que vinha ocorrendo, mas que agora foi acertado.Todas as conquistas vieram com a mobilização dos trabalhadores junto com o Sindicato, que esteve presente para contribuir nesta vitória.

PLR também no Eisa e na Usimeca

Em duas empresas os trabalhadores também conquistaram a PLR recentemente. No Eisa, a categoria recebeu R$ 1.000,00; na Usimeca, o valor acertado foi de R$ 421,00. A direção do Sindicato continua na luta para que a conquista de PLR também ocorra em outras empresas, pois é um justo direito que o trabalhador deve receber. A mobilização dos trabalhadores será fundamental para mais essa vitória.

Regimento Interno do 10º Congresso dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro

Art.1º: O 10º Congresso dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro será regido pelo presente regimento.

Da data e local

Art.2°: O 10º Congresso se realizará nos dias 13,14 e 15 de julho do ano corrente.

Do Temário

Art.3º: O Temário do 10º congresso compreende os seguintes temas:

I) Conjuntura Nacional, Internacional e Estadual.

II) Estrutura e Organização Sindical;

III) Processo de Desindustrialização e suas consequências no Brasil;

IV) Medidas para o Enfrentamento das Propostas de Flexibilização das Relações de Trabalho;

V) Definição das Ações do Sindicato e do seu Plano de Luta.

Parágrafo único: como estabelece o artigo 14 do estatuto do Sindicato, o Congresso da categoria poderá votar por decisão da metade mais um dos delegados presente, assuntos que não constam na ordem do dia para a qual foi convocado.

Sobre o Congresso

a) A coordenação do 10º Congresso ficará sob a responsabilidade da Diretoria Executiva do Sindimetalrio;

b) A mesa-diretora do 10º Congresso será eleita entre os participantes.

c) O Regimento Interno da plenária será votado no ato de abertura do Congresso, bem como a dinâmica (mesa diretora, intervenções em plenário, etc.).

d) Qualquer delegado inscrito no Congresso terá direito a voz e voto dentro do temário aprovado na assembléia.

Dos membros do Congresso

Art.4°: São membros do Congresso:

a) Delegados associados, Aposentados associados, Diretores do Sindicato, convidados e observadores.

b) Com direito a voz e voto: O delegado inscrito no período de sua inscrição, como determina este regimento no seu artigo 5º, e os delegados natos.

c) Com direito a voz: O convidado.

d) São delegados natos: diretores do Sindicato, e na proporção de um terço de suas diretorias os grêmios de aposentados metalúrgicos, comissão de fabrica, e CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

e) São convidados os ativistas e ou personalidades, a critério da Comissão Organizadora.

Das inscrições

Art.5°: Os delegados serão inscritos conforme determina o artigo 10 do Estatuto, as inscrições se iniciam no dia 18 de junho de 2012 e se encerram no dia 04 de julho do ano corrente.

Da dinâmica do congresso e sua programação

Art.6°: A comissão organizadora elaborará um termo aditivo a este regimento, que tratará da dinâmica e da programação do congresso, o qual será submetido a sua plenária de abertura.

Art.7°: Os casos omissos deste regimento serão resolvidos pela comissão organizadora do congresso.

Expediente

Meta é uma publicação do Sindicato dos Metalúrgicos RJ. www.metalurgicosrj.org.br. Tiragem: 5 mil exemplares.
Presidente: Maurício Ramos (interino). - Secretaria de Comunicação: Indalécio Wanderley Silva.
Jornalista responsável: Marcos Pereira - JP 24308 RJ
Diagramação e Projeto gráfico: Paloma Oliveira
Endereço: Rua Ana Neri, 152, São Cristóvão. Tel: (21) 3295-5050.
Subsede Campo Grande: Rua Alfredo de Morais, 44. Tel: (21) 2413-4809 Subsede: Nova Iguaçu - Rua Comendador Francisco Barone, 1193, Centro. Tel: (21) 2667-3138. Subsede Magé – Rua Marechal Rondon, 29, sobrado, Centro.